

Globalização, Desenvolvimento Regional e Lutas Sócio-Ambientais No Aquífero Guarani.

José Luiz Bica de Mélo.

Cita:

José Luiz Bica de Mélo (2007). *Globalização, Desenvolvimento Regional e Lutas Sócio-Ambientais No Aquífero Guarani. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/370>

XXVI Congresso Latinoamericano de Sociología,
Guadalajara, México, 13-18 de agosto de 2007
GT 5: Desarrollo rural, Globalización y Crisis

**GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E LUTAS SÓCIO-AMBIENTAIS
NO AQUIFERO GUARANI**

**José Luiz Bica de Mélo, Dr. em Sociologia,
PPGCS/UNISINOS, RS, Brasil
(jlbica@unisinors.br)**

**Janice Lacerda Machado (socióloga).
(jlacerdam@zeus.unisinors.br)**

Porto Alegre, RS, Brasil, maio de 2007.

“Como costuma acontecer, as bênçãos da natureza se transformam em maldições da história...” (Eduardo Galeano, escritor uruguaio).

Introdução

O Aquífero Guarani, principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e uma das maiores do mundo, ocupando uma área de 1,2 milhões de quilômetros quadrados no subsolo de parte da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai constitui, nestes tempos de capitalismo globalizado, o palco de dois movimentos opostos, mas intimamente relacionados. De um lado, o acelerado processo de ocupação e privatização do solo por parte de empresas nacionais e transnacionais do setor madeireiro, com o cultivo de eucaliptus e pinus (envolvendo inclusive a instalação de fábricas de celulose) e do subsolo por parte do setor de bebidas (cervejas, refrigerantes, engarrafamento e comercialização de água) e de outro, os movimentos de protesto implementados por atores diversos, tais como agricultores familiares, sindicatos, associações ambientalistas e movimentos sociais que procuram realizar ações críticas, ainda incipientes e por vezes desarticuladas, contra o modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado na região.

Buscando investigar o campo de conflitos no qual se desenrolam as lutas sociais de hoje em torno dos projetos de desenvolvimento rural para a região do Aquífero Guarani, este estudo propõe-se como uma

contribuição às análises e aos debates das relações sócio-ambientais e das novas lutas sociais.

1 – Os monocultivos de eucaliptus e pinus e os riscos ambientais

Desde o início dos anos setenta a região dos quatro países onde se encontra o aquífero guarani tem passado por importantes transformações que vão desde uma economia de pecuária extensiva – tendo nos produtos oriundos desse ramo uma importante fonte de exportações desde as primeiras décadas do século XX, até os grandes projetos de cultivos agrícolas como a plantação da soja, do trigo e do arroz, e, na última década, os grandes projetos de “reflorestamento” (*forestación*), que alguns críticos chamam de *monocultura de pinus e eucaliptus*.

A implementação destes últimos projetos – objeto desta análise – relaciona-se de um lado com a crise do setor primário o que proporciona, desde o ponto de vista do empresariado rural e de grande parte dos governantes, a “necessidade” de diversificação de investimentos, vendo-se na *forestación* uma saída possível para a crise econômica do rural e, por outro lado, da necessidade de grandes grupos nacionais e internacionais de diversificarem investimentos, atuando em um ramo altamente lucrativo qual seja, o mercado de madeira e celulose e, ainda, mantendo grandes áreas como reserva de valor, principalmente pelas riquezas do subsolo, especialmente a água.

No caso da água, esta é também *fonte* de investimentos por parte de indústrias nacionais ou transnacionais dos ramos de bebidas (refrigerantes e cerveja) e também de água engarrafada.

A implantação de grande parte dos projetos antecedeu – como é o caso do Rio Grande do Sul, Brasil - ao zoneamento e licenciamento ambiental. O que tem ocorrido, em grande medida, tem sido a aquisição de terras por grupos nacionais ou transnacionais em áreas que, a rigor não poderiam ser cultivadas com pinus e eucaliptos, fazendo com que a propriedade privada enquanto fato consumado transforme, em grande medida, o poder público em refém dos chamados “investidores”, elaborando zonamento ambiental depois da aquisição das terras e da efetivação dos projetos de monocultivos. Tais fatos fazem com que haja importante alteração na configuração do espaço agrário da região, ocorrendo novos conflitos que vão além de reivindicação de terra ou de reforma agrária.

Como parte dos projetos globais dos países de capitalismo central de garantirem o fornecimento da indústria papeleira no longo prazo e considerando solos adequados e baixos preços das terras, empresas transnacionais passaram, desde os anos oitenta a investir no Sul Latino-americano (áreas tropicais e subtropicais) em projetos de monocultivo de eucaliptus e pinus.

Para ficarmos no exemplo do Brasil e do Uruguai, o primeiro tem cerca de 1 milhão de hectares cultivadas de eucaliptus e pinus e o Brasil 4 milhões de hectares, notadamente no sul do Brasil, parcialmente no

Rio Grande do Sul, em área denominada de *bioma pampa* em termos geocológicos, onde já estão plantadas cerca de 900 mil hectares, inclusive em áreas que se considerarmos um zoneamento ambiental compatível com as necessidades ambientais, não poderiam ser plantadas.

Empresas como as finlandesas Storea-Enso e Metsa-Botnia, a espanhola Ense e a Aracruz Celulose (de capitais norueguês e brasileiro, inclusive contando com altos financiamentos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento, ligado ao governo brasileiro), preparam-se para garantir o monopólio do fornecimento de papeal a Europa, Japão e Estados Unidos.

As consequências dos grandes projetos de monocultivo já começaram a aparecer. Destruição de áreas de reserva ambiental, tais como banhados e pequenas florestas de vegetação nativa, causando o desaparecimento de espécies animais que dependem desses ambientes para sua reprodução. Eliminação das fontes de águas subterrâneas de baixa profundidade, próximas aos locais dos empreendimentos fazendo com que camponeses (é o caso do Departamento de Cerro Largo no Uruguai) estejam vendendo suas terras – ironia do destino – para as próprias multinacionais do monocultivo, ampliando-se assim, a redução da produção de alimentos oriundos de propriedades familiares e intensificando-se assim o deslocamento para as cidades.

Mas talvez os mais graves problemas estejam relacionados à própria manutenção do Aquífero Guarani, visto que as multinacionais, hoje dos monocultivos, transformam-se ao mesmo tempo em

proprietárias dos solos onde localizam-se as reservas subterrâneas de água. Tal fato, deixando de lado aqui, todas as questões relacionadas aos riscos ambientais, como exemplo o “caso das papeleras” controvérsia ainda não resolvida entre Argentina e Uruguai em decorrência da instalação de indústrias de celulose no Uruguai com efeitos sobre o Rio da Prata que separa os dois países, seja exatamente a apropriação de um bem público universal – a água – de forma privada. Nosso argumento aqui é que não se trata somente de uma questão de soberania, mas de sobrevivência futura de populações que necessitam que esse bem público universal para continuar enquanto tal, necessita estar sob controle público. Ora fazem algumas décadas, como exemplo podemos citar o Brasil em que as multinacionais da água – exemplo da Nestlé – passaram a adquirir áreas ricas em água, passaram a engarrafá-la e comercializá-la. Também as multinacionais do refrigerante – como é o caso da Coca-Cola que tem no Brasil um dos maiores mercados consumidores do mundo e as multinacionais da cerveja como a AMBEV (de capitais suecos) tem investido, fazem algumas na aquisição de áreas ricas em água.

Em síntese, muitos são os riscos que correm o Aquífero Guaraní em consequência da forma como vem ocorrendo a ocupação e privatização do solo e do subsolo da região.

2 – As novas lutas sociais

Sabe-se que os projetos ligados ao cultivo de eucalipto e pinus para industrialização em cada um destes países, são para exportação de celulose ou de madeira *in natura* aos países capitalistas centrais, ocupam grandes extensões de terra e necessitam grande volume de água. Esse ramo de atividade, e poderíamos agregar os projetos de intensificação do cultivo de cana-de-açúcar (como é o caso do Brasil) para a produção do chamado *biocombustível*, ocupa áreas que poderiam (ou deveriam) ser utilizadas para a produção de alimentos ou para reserva de biodiversidade, ou seja, manutenção de áreas de preservação ambiental.

O capital, que tem por objetivo primordial a sua acumulação ampliada, ou seja, a busca do lucro, não tem colocado a preservação ambiental como um de seus objetivos (a não ser naqueles casos em que “ser preservacionista” rende dividendos), fazendo com que em frações por vezes minoritárias do meio social, expressem-se reações contrárias ao avanço de um novo tipo de capital sobre o espaço agrário, aos projetos para a região e ao cultivo de transgênicos.

É nesse sentido que protestos de grupos camponeses (envolvendo ONGs, entidades ambientalistas, sindicatos, movimentos sociais de mulheres, movimentos de luta pela terra) surgem em diferentes países da região. Podemos exemplificar com os episódios ocorridos em 2006 no Rio Grande do Sul em torno da Aracruz Celulose - onde houve a ocupação de instalações, laboratórios e áreas experimentais de cultivo por parte de mulheres do movimento social Via Campesina, até os conflitos entre

Argentina e Uruguai, iniciados em 2006 e sem solução até o presente, pela instalação de indústrias de celulose em território uruguaio, mas com efeitos sobre a bacia hidrográfica dos dois países e, com atuação de entidades da sociedade civil de ambos os países – contrários ou defensores dos projetos – chegando inclusive às esferas dos Tribunais Internacionais. (1)

Em torno das lutas sociais que estão sendo desenvolvidas tanto na Argentina, quanto no Brasil e no Uruguai podemos destacar um aspecto interessante dessa lutas que tem sido a crítica por parte de movimentos ambientalistas uruguaio – que embora invisibilizados na mídia e com pouco poder junto à população – não deixam de se manifestar contra as “papeleras”. No Rio Grande do Sul (região do Brasil Meridional na fronteira com Uruguai e Argentina), tem ocorrido, além dos protestos da Via Campesina e outros movimentos sociais, incluindo-se a CPT – Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores e o MST – Movimento dos Sem Terra, doze famílias de agricultores assentados por projetos de reforma agrária, de cinco assentamentos nos municípios de Pinheiro Machado e Pedro Osório, tem desde o ano de 2006, arrancado de seus próprios lotes, mudas de eucalipitus que eles próprio haviam plantado em contrato com o grupo brasileiro Votorantim, como demonstração clara de que os projetos de monocultivos enfrentam movimentos de protesto. (2)

Considerações

Considerando que este estudo está em elaboração e que estão sendo levantadas e catalogadas as informações que permitirão detalhar os processos de transformação agrária em cada um dos países da região do Aquífero Guarani – o que faremos com a finalização da pesquisa, podemos afirmar que as monoculturas de exportação transgênicas ou não, a utilização e a destruição das águas pelo monocultivos, a redução de áreas de biodiversidade e de produção de alimentos, permitem pensar que se esse modelo de “desenvolvimento” hegemônico permanecer, certamente em poucas décadas, a região do Aquífero Guarani não será diferente da atual região africana onde outrora localizava-se o imponente lago Chad.

Notas:

- (1) A decisão do Tribunal Internacional de Haia foi contrária a demanda Argentina que solicitava a suspensão das obras e a não instalação de indústrias de celulose, em território uruguaio, na bacia do Rio da Prata.
- (2) Gilson Rodrigues, integrante do MST na região, diz que as famílias foram convencidas pela empresa, que prometeu lucros vultuosos caso aderissem ao programa de plantio consorciado, o Poupança Florestal. “O pessoal vai entrando nessa idéia de que seria uma solução de investimento. Nós, entrando no debate de que o objetivo dos assentamentos da Reforma Agrária é produzir alimentação, e de que não é o eucalipto que vai solucionar o problema da agricultura familiar no País, as famílias entraram em consenso, e estamos destruindo todos os eucaliptos dos lotes.” (Fonte: www.agenciachasque.com.br, acesso maio 2007).